

**13.ª  
19.12.2019**

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE  
FREGUESIA DE CARNIDE**

**ACTA**

Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu, no Espaço Bento Martins, sito no edifício sede da Junta de Freguesia – Largo das Pimenteiras, 6, para efectivação de mais uma sessão ordinária, do quadriénio 2017-2021, a Assembleia de Freguesia de Carnide, tendo estado presentes: **MARIA VILAR DIÓGENES, FERNANDO JOSÉ LOURO OLIVEIRA, JOSÉ ANTÓNIO DA COSTA MORGADO, DANIEL LUIS MARTINS DA SILVA SOARES, VASCO HENRIQUE MARQUES BARRETO DE CASTRO FERREIRA, JORGE HUMBERTO OLIVEIRA DA SILVA, MÁRIO ANTÓNIO DE OLIVEIRA ALVES), JOÃO VENTURA TOURÃO, PAULO RENATO LOPES RODRIGUES, MÁRIO RUI NOGUEIRA** (em substituição de **DIANA ISABEL BECHET GONÇALVES VALE**), **MIGUEL MARTINS AGROCHÃO** e **VIRGINIA CRUZ GARCIA PINTO**.

Ausente **MARIA JOSÉ PINHEIRO DA CRUZ**, que justificou a sua ausência por força da tempestade ELSA.

Na ausência da 2ª Secretária da Mesa da Assembleia, foi cooptado **VASCO FERREIRA** para a substituir.

Por parte do Executivo estiveram presentes: **FÁBIO MARTINS DE SOUSA, FLORIANE SILVESTRI, PAULA CRISTINA MARQUES GRANJA, SUSANA MARIA BERNARDO VIEIRA DA CRUZ E MARIA TERESA FERREIRA MARTINS**.

Na Ordem de Trabalhos desta Assembleia, e conforme prévia convocatória, constava a abordagem aos seguintes pontos:

- 1. Acta da 12.ª Assembleia de Freguesia de Carnide.**  
Apreciar e votar a acta da reunião anterior;
- 2. Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia.**  
Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de freguesia, de acordo com a Alínea e) do n.º 2 do art.º 9.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro;
- 3. Proposta – Grandes Opções do Plano e Orçamento – 2020.**  
Aprovar as Opções do Plano e Orçamento, PPI e PPA da Junta de Freguesia de Carnide para o ano de 2020, e para os anos 2020-2024 respectivamente, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;
- 4. Proposta – Aprovação da 2.ª Revisão Orçamental.**  
Aprovar a 2.ª Revisão Orçamental de 2019, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

**5. Proposta – 1.ª Alteração ao Modelo de Estrutura Orgânica da Junta de Freguesia de Carnide.**

Aprovar a 1.ª Alteração ao Modelo de Estrutura Orgânica da Junta de Freguesia de Carnide, de acordo com os termos do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro.

**6. Proposta – Mapa de Pessoal – 2020;**

Aprovar Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Carnide, para o ano de 2019, de acordo com o a alínea m) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

**7. Proposta – Protocolo(s) de Cooperação e Contrato(s) de Delegação de Competências.**

A Autorizar a celebração de Protocolos e Contratos de acordo com as alíneas g) e j) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

**8. Proposta – Autorização Prévia Genérica à Assunção de Compromissos Plurianuais.**

Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais ao abrigo da alínea xx do art.º 16 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e do art.º 12 do Decreto-Lei 127/2012 de 21 de Junho;

**9. Apreciação do Decreto-Lei 57 de 2019.**

Apreciar a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto.

Antes do início da sessão foram entregues à Mesa os seguintes documentos:

Documento 1 – **MOÇÃO – Pela reabertura urgente da Esquadra 42, de Carnide,** subscrita por todas as forças políticas com assento nessa Assembleia.;

Documento 2 – **VOTO DE LOUVOR - À Dra. Emília Vieira, pela acção desenvolvida na luta contra o cancro da mama e na dignificação da vida destes doentes,** apresentado pela CDU;

Documento 3 – **VOTO DE SAUDAÇÃO – 44 anos do 25 de Novembro de 1975,** apresentado pelo CDS;

Documento 4 – **MOÇÃO – Na Defesa das Acessibilidades às Novas Habitações Camarárias do Bairro Padre cruz,** apresentada pelo PSD;

A iniciar a reunião a Presidente da Assembleia de Freguesia começou por saudar todos os presentes e passou, de pronto, a palavra à população para que esta se pudesse pronunciar acerca daquilo que considerasse pertinente.



Assim, **MIGUEL TRINDADE** - Presidente da Assembleia de Pais do Externato da Luz, começou por sinalizar a escassez do estacionamento nas imediações dos portões do Externato da Luz, para tomada e largada de passageiros (alunos dos 3 aos 15 anos).

Na sequência da sua fundamentação e explanação das razões de inquietação que os alunos, encarregados de educação e demais comunidade educativa daquele estabelecimento de ensino vêm sentindo, propôs ao Executivo da Junta de Freguesia que fossem avaliadas as possibilidades de:

- Criação de um espaço/lugares de tomada e largada de passageiros suficientes para as solicitações, junto ao portão de Telheiras do Externato da Luz;
- Colocação de pilaretes amovíveis, para a eventualidade de situações de emergência, à frente do portão de Telheiras do Externato da Luz, de forma a impedir o estacionamento nesse local;
- Criação de sentido único no largo de estacionamento junto ao portão do Externato da Luz do Largo da Luz, com a respectiva demarcação dos lugares de estacionamento;
- Criação de um sistema de infraestrutura rodoviária que permita uma boa gestão do tráfego nas horas de entrada e saídas de alunos, junto ao portão do Largo da Luz, nomeadamente permitindo a utilização da placa de passeio sita em frente do quiosque do Jardim da Luz;
- Sobre-elevação das passadeiras da Rua Padre Américo, impasse à Rua Padre Américo e Largo da Luz, para se evitar situações frequentes de quase atropelamentos;
- Solicitação de policiamento nas horas de ponta junto aos portões do Externato da Luz (8h00 às 9h00 e das 16h45 às 18h15), de forma a ajudar na regularização e fluidez do trânsito, bem como na tomada e largada dos alunos.

O cidadão **RUBEN SANTOS**, morador no Bairro Padre Cruz, apresentou, por sua vez, algumas preocupações que se prendem com o Centro Histórico de Carnide, nomeadamente com a rede de esgotos a céu aberto na Azinhaga do Serrado - questionando o Executivo acerca da existência de algum plano de resolução para esta problemática -, bem como com a praga de ratos que se faz sentir em toda a área envolvente ao centro histórico, tornando-se este um problema significativo não apenas para os moradores daquela zona, mas também para os muitos comerciantes ali estabelecidos, nomeadamente da área da restauração.

A terminar a sua intervenção, questionou se estaria prevista para breve a execução de algum plano de requalificação dos arruamentos no Centro Histórico.

No uso da palavra, o cidadão **MIGUEL NEVES**, na mesma linha do que já havia sido anteriormente apresentado por Miguel Trindade, reforçou a importância e a necessidade de sobre-elevação das passadeiras para acesso à Alameda Roentgen, uma vez que a sua localização dificulta muito a visibilidade dos peões (particularmente alunos do Externato da Luz), que dificilmente se apercebem da aproximação de viaturas, que circulam por vezes com velocidades excessivas.



Em nova intervenção de **MIGUEL TRINDADE**, que agora se apresentou como administrador de condomínio do nº 15 da Rua Padre Américo, este cidadão queixou-se de erros na sinalização horizontal, que no início do ano fora pintada pelos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa na Rua Padre Américo, e que, como ficou, cria embaraços à circulação, impedindo que as viaturas que saem da Rua Padre Américo, entre os números 5 e 7, possam virar à esquerda em direcção à Praça Francisco de Assis, por força de um traço contínuo mal colocado (erradamente o traço descontínuo foi pintado 30 metros mais à frente, em local desadequado).

Disse também que, por parte dos moradores, já foram feitas várias diligências de contacto com a CML, sem que, contudo, tenha havido daquela autarquia qualquer resposta. Pediu, assim, ajuda à Junta de Freguesia e à Assembleia de Freguesia de Carnide no sentido da resolução desta situação e de correcção deste erro de sinalização.

Após este Período de Intervenção do Público, **JOSÉ MORGADO**, eleito pelo PSD, quis começar por fazer um referência abonatória à melhoria verificada na iluminação da sala, que em anteriores reuniões tinha merecido reparos pela generalidade dos eleitos; Relativamente aos problemas de trânsito junto ao Externato da Luz, que aqui foram apresentados, este autarca reforçou as referências por si feitas anteriormente, suportadas pelo facto de também ele residir na zona em questão e sendo diariamente testemunha das dificuldades mencionadas, e afirmando que seria importante que o Executivo pudesse criar uma comissão para estudar o trânsito na freguesia. Disse também que para o trabalho dessa comissão seria importante ouvir os comerciantes, os responsáveis do Externato, bem como os moradores e a população que ali reside. Recordou, ainda, que os pilaretes de plástico que a Câmara Municipal de Lisboa colocou na Praça de S. Francisco de Assis conseguiram, efectivamente, reduzir a velocidade de quem circula na Praça, mas criou substanciais dificuldades aos moradores, e de um modo especial a quem tem mobilidade reduzida, com a supressão de espaços de paragem/estacionamento.

Por sua vez, **MÁRIO NOGUEIRA**, eleito pelo CDS, começou por saudar o Executivo pela execução do programa "Natal em Carnide", e quis depois saber em que ponto se encontrava o desenvolvimento do projecto "Em cada Rua, uma Praça".

Reportando-se às intervenções do público, **MÁRIO NOGUEIRA** quis comunicar aos presentes que o CDS pretende ser parte da solução para os moradores e para os Pais que aqui se fizeram representar, e que tudo fará para que o mais rapidamente possível possam ser encontradas soluções para as situações apresentadas.

Relativamente à questão das passeadeiras sobre-elevadas, este autarca referiu não estar muito convencido de que esta seja uma solução adequada, uma vez que, estando Carnide localizada entre Hospital de Santa Maria e Hospital da Luz, por aqui passam diariamente diversos veículos de emergência e ambulâncias, pelo que a redução de velocidade nestes casos particulares poderá ter consequências menos positivas, com custos significativos para situações de sobrevivência.

Por outro lado – disse também – já existem estudos que afirmam que na ocorrência de uma situação de atropelamento, em piso raso, a zona de embate do veículo no peão se



situa ao nível das pernas, mas numa passadeira sobre-elevada a zona de embate passa a ser ao nível do tronco.

Numa primeira abordagem, para a redução das velocidades, parece ser uma boa solução, mas, numa dimensão mais alargada, merece um trabalho de reflexão mais aprofundado.

**DANIEL SOARES**, por seu lado, respondendo às questões trazidas pela Associação de Pais do Externato da Luz, começou por dizer que inquiriu os respectivos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa acerca da existência de algum projecto para solução dos problemas referenciados na área envolvente ao Externato, e que os mesmos lhe comunicaram que, em concreto, nada estava previsto. De qualquer modo, e na sequência desse contacto, a situação ficara sinalizada na CML e que oportunamente se deveria agendar uma reunião com os responsáveis do Externato e Associação de Pais, comprometendo-se o próprio Daniel Soares na tarefa de mediação de agenda.

Afirmou também que não se iria pronunciar acerca de pormenores técnicos, uma vez que esses deixaria para devida apreciação dos técnicos. Contudo, afirmou concordar com a leitura de **MÁRIO NOGUEIRA** acerca da problemática das passadeiras sobre-elevadas e que considerava que a melhor solução para a redução da velocidade automóvel seria, efectivamente, o estreitamento de vias

Acrescentou que, ainda que em realidades de trânsito diferentes, já algumas soluções haviam sido ensaiadas junto de outras instituições de ensino, reforçando que, se para tal houver interesse em acções articuladas entre direcção do Externato, Associação de Pais e CML, também aqui se irão encontrar as soluções mais adequadas.

Relativamente às obras no Centro Histórico de Carnide, **DANIEL SOARES** afirmou que o projecto de requalificação e intervenção se encontra já numa fase bastante avançada, e que se aguardava que, dentro de relativamente pouco tempo, o mesmo passasse à sua fase de execução.

**JORGE HUMBERTO SILVA**, na sua vez, fez a história de um cruzamento localizado no Bairro Padre Cruz, entre as Ruas Prof. Lindley Cintra e Prof. Pais da Silva, onde os acidentes eram recorrentes, chegando mesmo a verificar-se atropelamentos mortais, não obstante ele estar sinalizado com quatro passagens de peões, e que, após a instalação, naquele local, de passadeiras sobre-elevadas, o índice de sinistralidade foi completamente debelado.

Na continuidade da sua intervenção, afirmou também estar inteiramente de acordo com a proposta de **José Morgado** quanto à criação de uma comissão de trabalho, de modo a que, com a sua acção e emissão de pareceres se possa, também, pressionar mais eficazmente a CML, no sentido da resolução dos problemas viários de Carnide.

No uso da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, **FÁBIO SOUSA**, começou por afirmar que as questões que aqui foram trazidas são de amplo conhecimento, não apenas por parte do Executivo, mas também de todos os eleitos. Contudo, grande parte delas serão da responsabilidade e competência da Câmara Municipal de Lisboa, a quem a Junta de Freguesia tem frequentemente dado

conhecimento e reportado informações diversas. Por muito que a Junta de Freguesia gostasse de introduzir alterações às passeadeiras ou à sinalização de trânsito, não o poderia nunca fazer, por várias ordens de razão: porque estaria a extrapolar aquilo que são as suas competências, sendo por isso responsabilizada por qualquer acidente que pudesse vir a verificar-se; e, por outro lado, porque também a Junta de Freguesia não tem técnicos abalizados, nem com competência adequada, para este tipo de intervenções. Resulta, por isso, nalguma frustração o facto de se verificar que algumas das questões colocadas, não obstante as permanentes insistências da Junta de Freguesia, não tenham ainda sido resolvidas.

De qualquer das formas, a Junta de Freguesia irá continuar a pugnar pela mais célere resolução dos problemas elencados, insistindo no contacto com os responsáveis camarários para a sua rápida intervenção.

Relativamente à questão levantada por **Ruben Santos** acerca da rede de esgotos da Azinhaga do Serrado e à requalificação do Centro Histórico, **FÁBIO SOUSA** informou que estas são situações que estão contempladas no projecto de Orçamento Participativo aprovado pela CML, há já quase cinco anos, e que o Executivo, bem como os respectivos proponentes do projecto, têm estado a acompanhar com elevada expectativa, e a pressionar o Município, desejando que a sua concretização venha finalmente a tornar-se uma realidade, porquanto o sistemático adiamento tem reflectido alguma desvalorização daquilo que é a participação pública, levando à desconfiança do poder político, e fazendo desacreditar as populações nos instrumentos que a Câmara coloca à sua disposição, mas que, depois, não é consequente com os resultados, e do ponto de vista prático nada acontece.

No que concerne à questão da praga de ratazanas, o Presidente da Junta de Freguesia afirmou que têm sido feitas intervenções de desratização na zona, e que, segundo informações que lhe foram reportadas, ela parece estar mais serenada. Disse também que, de acordo com os técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, esta situação está muito relacionada com as obras realizadas do Hospital da Luz e com as necessárias mexidas nos colectores, que provocaram a deslocação destes animais e a sua concentração noutros pontos.

Ainda assim, a Junta de Freguesia iria continuar a monitorizar a situação para poder aferir do real estado da circunstância.

Entrando-se no Período de Antes da Ordem do Dia, foi feita a apresentação e apreciação dos documentos previamente entregues à Mesa.

Assim, por **DANIEL SOARES**, procedeu-se à leitura do **DOCUMENTO 1 - MOÇÃO - PELA REABERTURA URGENTE DA ESQUADRA 42, EM CARNIDE**.

A Presidente da Assembleia de Freguesia, **MARIA VILAR DIÓGENES**, quis aproveitar esta ocasião para manifestar o seu agrado pelo facto de este ser um documento conjunto, que unia todas as forças políticas num objectivo comum, e sugeriu que esta Moção, para além de todos os destinatários nela elencados, pudesse também ser enviada à Delegada de Saúde de Carnide.



**PAULO RENATO**, eleito pela CDU, pediu que fosse feita uma pequena rectificação à redacção do documento, e que, onde se menciona que os agentes da PSP, da Esquadra 42, foram colocados no Bairro Padre Cruz, passasse a constar, também, no Bairro da Horta Nova, uma vez que para ali foram igualmente deslocados quatro elementos.

**JOSÉ MORGADO**, por sua vez, sublinhou que se Carnide é uma freguesia calma e segura isso se deve muito ao facto de aqui existirem quatro esquadras. "Tentar alterar esta dinâmica e a forma como a segurança aqui é exercida, mesmo com a falta de equipamento e dificuldades de vária ordem, não faz qualquer sentido", disse.

Por outro lado, afirmou desejar que, pelo facto de a esquadra ter sido encerrado por razões de salubridade e saúde pública, isso não seja um pretexto para que ela não torne a abrir, impondo-se, antes, a realização das obras necessárias e a sua reabertura no mais breve tempo possível.

**DANIEL SOARES**, relativamente ao mesmo assunto, disse que também o PS já havia promovido contactos com o Gabinete do Ministro da Administração Interna, no sentido de alertar para a importância deste equipamento na freguesia de Carnide, e que também esta força política estava empenhada em que este processo chegue a bom porto.

Sublinhou, também, que o ponto 4 da Moção, onde se referem "soluções de corresponsabilidade", está ali inscrito porque se entende que também a Junta de Freguesia deve poder tomar a iniciativa de propor soluções das quais também se responsabilize e que participe na solução juntamente com a Câmara.

Na sequência deste contexto, **MARIA VILAR DIÓGENES** informou que, com o Presidente da Junta de Freguesia, havia já participado numa reunião com o Secretário de Estado da Administração Interna, tendo tido oportunidade de lhe comunicar que todas as forças políticas desta freguesia estavam unidas no desejo do não encerramento definitivo da esquadra. Neste encontro, a primeira informação dada pelo senhor Secretário de Estado foi a de que a esquadra não voltaria a reabrir. Contudo, posteriormente, verificou-se uma mudança de posição e a disponibilidade para avaliação do processo, pelo que lhe aprazia felicitar o Secretário de Estado pela tomada desta nova postura.

Afirmou também que, nesse encontro, quis relembrar aquele governante que o relatório da Delegada de Saúde em momento algum sugeria o encerramento definitivo da esquadra, tendo esta decisão resultado apenas de uma leitura meramente política.

**MÁRIO NOGUEIRA**, pelo CDS, quis acrescentar que já se havia conseguido reverter a situação, pelo que agora se impunha permanecer atentos aos próximos episódios, e que, não havendo ainda uma data definida para a reabertura da esquadra, era importante continuar a trabalhar juntos para que tal viesse a acontecer o mais rapidamente possível. Na continuação da sua intervenção, sublinhou como muito importante o facto de se ter conseguido um consenso na elaboração desta Moção por parte dos diferentes partidos.

Por sua vez, **VIRGINIA PINTO** recordou que as pessoas do Bairro Novo de Carnide se ofereceram para suportar a execução das obras, se para tal fosse necessário.

Passando-se, por fim, à votação desta Moção, resultou a mesma **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

Na continuação desta reunião, **JORGE HUMBERTO SILVA**, pela CDU, fez a apresentação do **DOCUMENTO 2 – VOTO DE LOUVOR À DRA EMILIA VIEIRA**, enaltecendo toda a acção desta moradora de Carnide, ilustre cirurgiã e Presidente da Associação Amigas do Peito, na luta por ela desenvolvida contra o cancro da mama e na dignificação da vida destes doentes.

Após esta apresentação, PS, PSD e CDS, declararam subscrever igualmente este Voto de Louvor, juntando-se à CDU na assinatura deste documento.

Submetido a votação resultou o mesmo **APROVADO POR UNANIMIDADE**.

**MÁRIO NOGUEIRA**, fez a apresentação do **DOCUMENTO 3 – VOTO DE SAUDAÇÃO (CDS) – 44 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975**, que foi igualmente subscrito pelo eleito do PSD.

Sujeito à votação, foi o mesmo **REJEITADO**, com os votos favoráveis do CDS (1 voto) e PSD (1 voto), e votos contra da CDU (7 votos) e PS (3 votos).

A apresentação do **DOCUMENTO 4 – MOÇÃO – NA DEFESA DAS ACESSIBILIDADES ÀS NOVAS HABITAÇÕES CAMARÁRIAS DO BAIRRO PADRE CRUZ**, foi feita por **JOSÉ MORGADO** (PSD), que explicou que esta Moção se relacionava com a recente entrega de chaves das casas municipais construídas no Bairro Padre Cruz, em cuja sessão ele tinha estado presente, podendo constatar que este conjunto de habitações fazem parte de um bloco habitacional de 7 andares, com cerca de 40 fogos, entre a tipologia T1 a T4, para cerca de 200 habitantes, que porém não está sequer equipado com um único elevador, à margem do que a própria lei obriga. Disse também que a própria sobre-elevação do 1º andar é impeditiva do acesso a pessoas com carrinhos de bebé, em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida.

Acrescentou, ainda, que esta Moção está intimamente relacionada com os direitos de cidadania, com a Lei 163/2006, de 8 de Agosto, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que visa promover a acessibilidade aos edifícios públicos e aos edifícios de habitação colectiva, com o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (Decreto-Lei 675, artigo 50) e com a própria Constituição da República Portuguesa, que define constituir importante incumbência do Estado a promoção do bem-estar e qualidade de vida da população e a igualdade real e jurídico-formal entre todos os portugueses, nomeadamente os que padecem de debilidade física ou que transitoriamente estão condicionados na sua mobilidade.

A este propósito, **DANIEL SOARES** afirmou considerar este documento confuso e com um tom de linguagem inqualificável. Acrescentou ainda que o PS, a CDU e o CDS se têm esforçado muito por moderar o tom das suas Moções, o que não se verificava neste documento.



Continuou, dizendo que não correspondiam à verdade as alegações ali apresentadas ou que tivessem sido desrespeitados os critérios e as condições de acessibilidade dos moradores, reforçando que o projecto de instalação dos elevadores está em curso.

Considerando a dimensão e a envergadura de um projecto como este, que deve orgulhar todas as forças políticas da freguesia, afirmou que será perfeitamente aceitável dirigir-se um pedido de esclarecimento à Câmara Municipal de Lisboa, mas que entendia como completamente desadequada a apresentação de uma Moção deste teor.

Na posse da palavra, **JORGE HUMBERTO SILVA**, da CDU, afirmou que este projecto habitacional fora fechado sem contemplar a instalação de elevadores. Porém, depois de muita insistência e de muita pressão do Grupo Comunitário do BPC junto da CML foi possível reverter a situação, passando a ser equacionada a possibilidade de instalação daquele equipamento, através da adjudicação de uma nova empreitada.

Na continuação desta discussão **MÁRIO NOGUEIRA**, do CDS, começou por dizer que a apresentação desta Moção ia um pouco contra aquilo que anteriormente havia sido pedido pela senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, que solicitara aos diversos partidos que fossem comedidos na apresentação de Moções para esta reunião, uma vez que a Ordem de Trabalhos era consideravelmente extensa. Caso contrário também o CDS teria entregue alguns documentos desta natureza.

Por outro lado, afirmou também não ser do seu agrado que a Moção em apreço visasse directamente o Dr. Fernando Medina, "fulanizando" a situação, e não a Câmara Municipal de Lisboa, enquanto Instituição a quem se podem apresentar críticas.

Do mesmo modo, e secundando o entendimento de Daniel Soares, considerou que o tom utilizado neste documento era também bastante agressivo, ainda que concordasse que alguns dos seus pontos revelavam a existência de falhas consideráveis no projecto.

Por fim, para além da alteração do visado nos considerandos (Câmara Municipal de Lisboa e não Dr. Fernando Medina), sugeriu que o documento pudesse ser votado por pontos, uma vez que entendia haver nele vários pontos com considerações diferentes.

De novo com a palavra, **DANIEL SOARES**, - e tal como anteriormente o havia feito Mário Nogueira -, quis também dar nota da sua discordância com a apresentação de uma Moção pelo PSD, contrariando o pedido da Presidente da Assembleia, e reiterou a disponibilidade do PS para acompanhar qualquer documento que, posteriormente, a Assembleia de Freguesia possa entender por adequado dirigir à Câmara Municipal de Lisboa, para esclarecimento destes pontos.

Acrescentou que o PS concordava com os pedidos de esclarecimento elencados nesta Moção, mas que não concordava, de forma alguma, com os seus considerandos, nem com o seu tom e teor.

Em contestação a estas intervenções **JOSÉ MORGADO**, afirmou parecer-lhe que se estava a entrar numa tentativa de subordinação dos eleitos e das intervenções dos eleitos, pelo que não lhe fazia sentido a afirmação de que o PSD não teria direito a apresentar uma Moção.

Esclareceu, depois, que desconhecia a existência de qualquer acordo relativamente à apresentação de Moções nesta Assembleia. Mais acrescentou que, tendo estado presente na cerimónia de entrega das chaves, de pronto comunicou à Presidente da Assembleia de Freguesia a sua pretensão de fazer a apresentação de um documento sobre esta matéria, ao que esta lhe comunicou que, em reunião anterior realizada com os líderes de bancada, teria sido entendido um qualquer acordo. Porém, não tendo ele estado presente nessa reunião, nada lhe foi comunicado nesse sentido. Desse modo, não se sentia a "furar" nenhum acordo, porque com ele nenhum acordo fora articulado.

Continuou dizendo que em relação ao facto de, nos considerandos, o nome do Dr. Fernando Medina ser referido, se prendia apenas com a razão de ter sido ele a vir a fazer a entrega das chaves e a proferir um discurso, que teve eco nos diversos órgãos de comunicação social. Por isso se entendeu dirigir-se-lhe uma resposta em contraponto ao que ele afirmou quando disse *"É um bairro com uma alma enorme, um dos mais importantes de Lisboa. O nosso compromisso é que todos tenham uma habitação digna aqui"*.

Reforçou que não fazia sentido uma construção daquela envergadura, sem a instalação de elevadores, e que, se qualquer construtor, a título privado, tentasse fazer uma obra naquelas condições logo o projecto lhe seria reprovado.

Por outro lado, dada a dimensão do edifício, a Lei obriga à instalação não apenas de um, mas de dois elevadores.

O que se pretende explicitar nesta Moção é o facto de a Câmara ter cometido um erro gravíssimo ao deixar construir aquele edifício. Acrescentou que agora se podiam pedir explicações à CML, mas a verdade é que o edifício já estava construído, com as pessoas a habitá-lo e com um buraco para instalação do elevador... mas sem elevador.

**A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**, quis também esclarecer que não pediu a nenhuma força política a não apresentação de Moções, mas tão somente que procurassem apresentar o mínimo de Moções possíveis, atendendo à complexidade da Agenda, com uma Ordem de Trabalhos muito extensa.

Retomando o conteúdo e o teor da Moção em causa, **DANIEL SOARES** afirmou que o projecto de construção deste edifício foi aprovado unanimemente por todos os Vereadores da Autarquia Lisboaeta, entre os quais se contam elementos das diversas forças políticas, desde o CDS, PSD, PS, CDU e BE, pelo que, na substância dos considerandos, todos eles estariam a ser acusados de violar a Lei e a Constituição, o que assumia extrema gravidade. Por outro lado, e no seu entender, neste documento parte-se de um infundado pressuposto de que se teria violado um regulamento.



O simples facto de se entender que é relevante a instalação do elevador, seria, grosso modo, uma ideia que o próprio PS acompanharia, porém, partir-se do pressuposto de que há uma violação de normas do RGEU e do Decreto-Lei das acessibilidades parecia ir muito além daquilo que seria o objectivo político desta Moção.

Em resposta, **JOSÉ MORGADO** afirmou que, nesta discussão, lhe pareciam estar a ser criadas falsas questões, porquanto a única coisa que estava relevada nesta Moção era a indignação do PSD com um determinado tipo de construção que a Câmara Municipal de Lisboa promoveu no Bairro Padre Cruz, uma afirmação proferida pelo seu Presidente e a citação de uma Lei que tem de servir para todos, e que por todos deve ser aplicada e respeitada.

Reforçou, uma vez mais, a clareza da Constituição Portuguesa, que preconiza que os portugueses não podem ser diferenciados no acesso à habitação. Um cidadão português pelo facto de andar numa cadeira de rodas não pode ser diferenciado de outro, que não tenha qualquer dificuldade de locomoção, no acesso à sua habitação.

A rematar a discussão deste tema, **MIGUEL AGROCHÃO** afirmou que a CDU iria acompanhar a aprovação desta Moção, mas que também se encontrava completamente disponível para discutir conjuntamente outro documento, que pudesse, na sua formulação, constituir-se como um valor acrescentado para um entendimento consensual.

Tendo sido submetida à votação, resultou esta Moção **APROVADA**, com os votos favoráveis do PSD (1 voto), CDU (7 votos), os votos contra do PS (3 votos) e a abstenção do CDS (1 voto).

Passando-se, depois, à discussão e apreciação dos pontos inscritos na **ORDEM DE TRABALHOS**, foi feita a apreciação da **Acta** da última reunião da Assembleia de Freguesia (Ponto 1 da Ordem de Trabalhos), tendo, a este propósito, **MÁRIO NOGUEIRA** solicitado maior rigor e maior profundidade na redacção das Actas.

Em seguimento desta intervenção **MARIA VILAR DIÓGENES** afirmou que, durante todo este mandato, e em contraciclo com o que se verificava anteriormente, tem havido um esforço para que o envio das Actas sigam em simultâneo com as respectivas convocatórias para a Assembleia, mantendo-se este documento actualizado, de modo a que atempadamente as alterações ou reformulações do texto que os eleitos considerem por adequadas sejam devidamente consideradas e introduzidas na sua redacção. Neste sentido reforçou a importância da sua leitura prévia e do envio atempado das rectificações para o 1º Secretário.

**DANIEL SOARES**, por sua vez, sugeriu que a redacção das Actas passasse a ser feita em concordância com o Acordo Ortográfico de 1990, proposta que foi rejeitada pela maioria dos elementos presentes.

Sujeita a votação resultou a Acta **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

Ainda neste contexto, **JOSÉ MORGADO**, quis expressar um agradecimento a **FFERNANDO d'OLIVEIRA**, 1º Secretário da Mesa, pelo empenho e trabalho que ele tem dedicado na elaboração destas Actas. Agradecimento que foi secundado por todos.

Relativamente ao **PONTO 2 DA ORDEM DE TRABALHOS – INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA, MÁRIO NOGUEIRA** pediu esclarecimentos acerca de alguns pontos, nomeadamente:

- No ponto “Espaços Públicos e Espaços Verdes”, a partir da afirmação de que se pressionou a Câmara Municipal de Lisboa, qual o ponto de situação das Hortas Comunitárias do Bairro da Horta Nova?
- No ponto “Urbanismo e Mobilidade”, a partir da afirmação de que se continuou a pressionar a Câmara Municipal de Lisboa para implementação dos projectos de requalificação da Azinhaga das Carmelitas, qual o ponto de situação? Para quando se previa o arranque do projecto?
- No mesmo ponto, a partir da afirmação de que se continuou a pressionar a Câmara Municipal de Lisboa para implementação do projecto de requalificação previsto para a Azinhaga Torre do Fato, quais os resultados dessa pressão?
- No ponto relativo ao “Desporto”, a partir da afirmação de que se acompanhou junto da CML o processo de construção do Complexo Desportivo de Carnide, para quando se previa este Complexo Desportivo?
- No ponto “Acção Social”, a partir da afirmação de que se iniciou a parceria com o projecto RADAR, promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em que moldes isto foi feito? Seria importante ter número e saber resultados do início desta parceria, nomeadamente quantos idosos existem em isolamento;
- No mesmo ponto, a partir da afirmação de que se consolidou a parceria com a VITAE, na sinalização de pessoas em situação de sem-abrigo, quantos sem-abrigo existem na freguesia de Carnide?

**VIRGÍNIA PINTO**, por seu lado, questionou também o Presidente da JF, se já havia sido feito algum levantamento acerca do número de idosos na freguesia, e como estava a ser realizado o acompanhamento desta população. Relativamente ao ponto “Educação” e a partir da afirmação de que haviam sido feitas algumas pequenas intervenções no equipamento de escolas da rede pública, indagou da situação do esborrega Escola Básica 45, que há muito tempo está avariado.

Insistiu também na necessidade urgente de uma poda adequada de algumas árvores, nomeadamente na Rua Manuela Porto, com especial importância para estes dias de maior ventania, que fazem perigar pessoas e bens.

**DANIEL SOARES**, na sua vez, e reiterando afirmações já feitas em anteriores Assembleias, afirmou que esta Informação Escrita tem sido bastante selectiva, omitindo, por exemplo e no caso presente, a referência ao processo de requalificação e entrega de chaves no Bairro Padre Cruz e que, não obstante a actual Informação



Escrita registar algumas melhorias na apresentação da informação, continua muito aquém do desejável.

Também nesta altura quis questionar o Executivo, acerca da razão porque actualmente as Moções aprovadas nesta Assembleia não estariam a ser publicadas no site oficial da Junta de Freguesia, sendo que as últimas que encontra publicadas datam de 17 de Dezembro de 2018. Recordou ainda que, em tempos mais recuados, estes documentos eram igualmente publicados no Boletim da Freguesia e que agora também não o estavam a ser. Reforçou que esta ausência de publicação estaria a prejudicar a acção política, não apenas do PS, mas de todas as forças com assento na Assembleia de Freguesia de Carnide.

Propôs, nesta sequência, que elas tornassem a ser integralmente publicadas no Site e que, no Boletim, apenas constasse uma referência que pudesse conduzir as pessoas interessadas à sua consulta

**SUSANA CRUZ**, Vogal e Tesoureira da Junta de Freguesia, explicou que esta situação concreta, se devia fundamentalmente a uma sobrecarga de documentos a serem colocados em publicação digital, e que, de algum modo, atrasavam a actualização da informação.

De novo com a palavra, **MÁRIO NOGUEIRA** quis também indagar do ponto de situação relativo ao Mercado do Bairro Padre Cruz e, mesmo sendo este um assunto não contemplado na Informação Escrita do Presidente, informações relativas ao recente incêndio ocorrido nos escritórios do Centro Comercial Colombo.

O Presidente da Junta de Freguesia, **FÁBIO SOUSA**, respondeu, então, às questões que lhe foram colocadas.

Assim começou por informar que:

- Em relação ao processo de requalificação das hortas comunitárias do Bairro da Horta Nova, este se encontrava a aguardar lançamento de empreitada, por parte da CML, não estando a ser um processo de fácil gestão;
- Relativamente ao ponto de situação da Azinhaga das Carmelitas: havia sido lançado um segundo concurso para execução das obras de requalificação, surgiram alguns concorrentes e, à data, os serviços competentes da CML estavam a elaborar os respectivos relatórios de avaliação das várias propostas surgidas. Existiam ainda algumas questões patrimoniais para resolver, e que, de acordo com informações da Câmara Municipal de Lisboa, deveriam estar resolvidas em Janeiro de 2020;
- No tocante à situação da Azinhaga da Torre do Fato, informou que estava também em lançamento o concurso de empreitada, a cargo da DGES-CML;
- Acerca do Complexo Desportivo de Carnide, esclareceu que este projecto se encontrava no Departamento de Desporto da CML, em processo de reformulações; Na falta de informações suplementares foi já pedida uma reunião com a Comissão

de Acompanhamento do Complexo Desportivo, estando-se a aguardar uma data para agendamento;

- Relativamente ao Projecto RADAR, informou que foram realizadas cerca de 70 entrevistas, que ao momento se encontravam em fase de tratamento e análise de dados, mas que ainda não havia um diagnóstico final.
- No tocante à parceria com a VITAE e acompanhamento aos sem-abrigo, **FÁBIO SOUSA** afirmou que actualmente existiam duas situações identificadas, que estavam a ser devidamente acompanhadas. Uma delas situa-se na zona mais central da freguesia e a outra localiza-se numa zona entre o Bairro Novo de Carnide e a Quinta do Bom Nome.
- Quanto à requalificação do Mercado do Bairro do Padre Cruz, o Presidente esclareceu que havia sido apresentado aos comerciantes locais e a alguns parceiros ligados directamente ao mercado a proposta das intenções e o estudo prévio inerente à requalificação do espaço de modo a que também estes pudessem ter uma acção participativa neste projecto. Surgiram algumas questões a merecer reflexão e a buscar melhores soluções que possam ir ao encontro dos interesses de todos os intervenientes e da população.  
Pretende-se também fazer uma apresentação deste projecto ao Grupo Comunitário do BPC e procurar envolver nele todas as pessoas, e reunir massa crítica suficiente para que este resulte num bom projecto.  
Igualmente se tem procurado envolver nele a própria CML.
- Em relação ao incêndio ocorrido nos escritórios da Torre Ocidente do Centro Comercial Colombo, o Presidente da Junta de Freguesia informou que haviam sido alertados para esta situação por volta das 13h 53m, tendo-se deslocado de imediato para o espaço e ali chegando por volta das 13 h 58m. Clarificou que a ocorrência fora devida a um curto-circuito registado numa UPS, que entrou em combustão, num dos escritórios do segundo piso, e que originou a um combate mais difícil por parte dos Bombeiros, uma vez que dada a abundância de equipamento eléctrico e electrónico não era, de todo, aconselhada a utilização da água, tendo-se recorrido, fundamentalmente a extintores, e tendo havido necessidade de evacuar cerca de 2000 pessoas.  
Sublinhou, neste particular, a excelente articulação e coordenação registada entre todos os intervenientes, nomeadamente, Bombeiros, PSP, Junta de Freguesia e CML.
- Acerca do escorrega da Escola Básica nº 45, **FÁBIO SOUSA** informou que aquele equipamento já estava adjudicado e que em breve iria ser colocado, prevendo-se e desejando-se que tal pudesse acontecer durante as férias de Natal.
- A propósito da poda das árvores da Rua Manuela Porto, a Junta de Freguesia iria reforçar os cuidados. De qualquer modo, lembrou que a Junta de Freguesia, enquanto tal, se regia pelo Regulamento Municipal de Arvoredo e que, em Lisboa, este Regulamento proibia taxativamente as Juntas de executarem o corte das árvores em altura, que é exactamente aquilo que os moradores da zona em apreço têm pedido, apenas ao Município cabendo esta competência,



Por outro lado, sempre que a Junta de Freguesia executa uma poda um pouco mais “radical”, logo é acusada e denunciada em plataformas de defesa do ambiente, pelo que se torna particularmente difícil gerir situações desta natureza.

- Quanto à acusação de Informação Escrita selectiva e de omissão de referência à requalificação e entrega de chaves no BPC, o Presidente clarificou que isso está implícito na afirmação *“continuámos a acompanhar de forma próxima o processo de qualificação do Bairro Padre Cruz; auxiliámos as pessoas nas mudanças inerentes ao processo de requalificação do Bairro Padre Cruz; visitámos e fomos acompanhando em conjunto com os parceiros do GABIP o processos de transferência das pessoas”*.

Disse também considerar que na Informação Escrita ficou bem espelhado o envolvimento comprometido da Junta de Freguesia do GABIP e no processo de requalificação do Bairro Padre Cruz e que, não sendo este um processo isento de erros, o considerava um processo exemplar.

### Na continuação desta reunião, passou-se à abordagem do **PONTO 3 – PROPOSTA – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO**

A este propósito **MÁRIO NOGUEIRA**, quis dar nota da sua constatação de que no Orçamento em apreço a previsão de gastos da Acção Social era apenas de 2,9% do total de despesas, apesar de existir um aumento percentual face ao ano anterior, o que, por outro lado, se revelava algo “enganador”, uma vez que o valor do orçamento transacto era muito superior, e que, na sua leitura, se lhe afigurava que este valor era muito pouco.

Em contraponto, considerava a verba de 10.000,00€, para prémios e condecorações, um valor exagerado.

Relativamente ao Plano de Actividades afirmou que este lhe parecia um Plano bem estruturado, articulado, consolidado, com muitas acções pensadas e delineadas, contudo, afirmou também lamentar que não estivessem totalmente definidas metas que o CDS considerava importantes, tais como um maior investimento de apoio ou uma aposta nos cuidados continuados, ou até mesmo numa possível implementação de uma rede de cuidadores em Carnide.

**JOSÉ MORGADO**, por seu turno, afirmou que em relação às Grandes Opções do Plano havia andado à procura do Capítulo da Educação - como o tem feito todos os anos – e a única referência que ali encontra é relativa à sensibilização ambiental, continuando a considerar ausente uma qualquer referência à problemática da alfabetização, que visasse a diminuição da taxa de analfabetismo na freguesia, e cujos dados estatísticos, colocavam Carnide no topo de uma tabela do distrito de Lisboa que não orgulha.

Em relação às questões de mobilidade, nota que neste Plano estão preconizadas uma série de acções, mas que estas são sempre de acompanhamento ou de sensibilização junto da CML. Considerava, deste modo, que seria importante que a Junta de Freguesia promovesse a formação de uma entidade que só tratasse destes assuntos, que procurasse soluções e que desenhasse propostas para entrega à CML ou EMEL. Afirmou também que, actualmente, os problemas de mobilidade e de estacionamento

constituem uma das maiores preocupações da população de Carnide, seja daquela que cá vive, seja daquela que cá trabalha, seja daquela que por cá passa.

Na sequência da explanação desta problemática, quis também saber se haveria já alguns resultados retirados do inquérito à população que a autarquia realizou.

Relativamente ao Orçamento, pediu uma explicação sumária relativamente a algumas diminuições de verbas em rubricas específicas (transferências correntes) consideradas nos orçamentos de 2019 e 2020.

**DANIEL SOARES**, no seu tempo de intervenção, começou por referir e congratular-se com o facto de ter sido cumprida a audição das diferenças forças políticas, ao abrigo do estatuto do direito de oposição, tendo sublinhado que considerava como muito importante a reunião oportunamente realizada, possibilitando a partilha de opiniões e visões daquilo que se pretende para a freguesia.

Tal como o já fizera em anteriores Assembleias, reafirmou que o sentido de voto do PS estava definido como abstenção, uma vez que, por princípio, este partido não inviabilizava orçamentos, mas que este não era, de todo, o orçamento do Partido Socialista, havendo nele *items* com os quais não concorda, e que se não fosse o caso de se estar perante uma Assembleia de Freguesia com maioria absoluta da CDU certamente se procurariam outros pontos de entendimento e convergência.

Disse, também, que do ponto de vista de uma análise global àquilo que são as prioridades do Orçamento e das Grandes Opções do Plano estas se parecem manter de forma adequada e dentro daquilo que a maioria dos eleitos acompanha, compreendendo, contudo, que haja uma diminuição do valor total.

Indo ao encontro do que afirmara no direito de oposição, quis dar nota de que para o Partido Socialista, e atendendo à dimensão da freguesia de Carnide e da estrutura da sua Junta, seria importante que para além das questões de ordem corrente fossem também tomadas algumas posições e alguma acção ao nível daquilo que são as preocupações globais, como sejam a transição digital, a transição energética e outras questões de grande monta.

Recordou que o Partido Socialista propôs, numa ação que viria a ser acompanhada pelo Executivo, a redução dos plásticos de utilização única, a renovação da frota automóvel para ganhos de eficiência privilegiando os veículos eléctricos, etc...

Continuou esta sua intervenção dizendo que o caminho ora preconizado nas grandes Opções do Plano não era, efectivamente, o do PS mas que também não lhe parecia tão mal quanto isso, e que, nessa sequência, seria importante continuar a trabalhar nesse sentido.

Há, contudo, uma questão que o PS considera de suma importância, como seja a garantia de que todas as contratações realizadas ou a realizar sejam suportadas por contrato de trabalho, reduzindo ao mínimo as contratações de prestadores de serviços.



Em reposta a estas interpelações **SUSANA CRUZ**, começou por afirmar que efectivamente havia um ligeiro aumento no valor de investimento na área da acção social em relação ao Orçamento transacto, e que o Executivo bem gostaria que este fosse mais substancial, mas que a Junta não se podia substituir àquelas que são as responsabilidades de outras Instituições, como a Santa Casa da Misericórdia ou da Segurança Social, que têm como competência e principal ponto de vista financeiro o apoio às pessoas.

Neste campo de intervenção a Junta de Freguesia tem como recurso o FES (Fundo de Emergência Social), que tem sido diversas vezes accionado no apoio às pessoas de Carnide, apesar de condicionado por um conjunto de regras que nem sempre são fáceis de cumprir, mas que tem sido possível concretizar através de um exemplar trabalho em rede e de articulação com parceiros e com outras Instituições que estão no terreno a acompanhar pessoas.

Salientou que o grande peso financeiro da Junta de Freguesia se relaciona fundamentalmente com os custos de pessoal, pelo que, ainda que tenha havido um incremento nas diversas áreas, desde a acção social, saúde, desenvolvimento local, educação e juventude, tal tem de ser sempre considerado com um rigoroso equilíbrio.

Relativamente à questão das transferências correntes colocada por **JOSÉ MORGADO**, **SUSANA CRUZ**, clarificou que grande parte destas advêm dos protocolos de delegação de competências estabelecidos com a Câmara Municipal de Lisboa. Afirmou depois que, em sede de orçamento, estes valores podem ser considerados como receita corrente ou como receita de capital e que, normalmente, eram alocados como receita corrente aos grandes projectos, tendo se ser inventariado, e podendo converter-se em obras ou serviços de manutenção, ou mesmo em capital.

A propósito da questão dos contratos de trabalho, **SUSANA CRUZ** afirmou que a Junta de Freguesia tem vindo a fazer um enorme esforço de redução da precaridade laboral e de redução das contratações em regime de prestação de serviços, tendo, inclusivamente, realizado mais um concurso para regularização de situações, e estando previsto para o próximo ano a realização de mais um concurso, para colocação das pessoas que estão afectas às delegações de competência com contratos a termo resolutivo.

Esta é também uma situação para a qual a Junta de Freguesia está verdadeiramente sensível e desperta, mas que, porém, tem de ser realizado com um rigoroso critério, considerando todo o impacto funcional, estrutural, e de capacidade financeira, que isso comporta.

Em resposta à interpelação de José Morgado, acerca da problemática de iliteracia e da alfabetização, **FÁBIO SOUSA** afirmou que, neste campo, a Junta de Freguesia tem desenvolvido em Carnide um trabalho fundo, muito consistente e com uma permanente preocupação com a alfabetização de adultos (nomeadamente com acções concretas de alfabetização realizadas no espaço 3G, e complementadas também com outras áreas de cultura geral), recaindo sobre ela uma visão prioritária e gratuita.



No tocante aos resultados do inquérito de mobilidade o Presidente da Junta de Freguesia quis esclarecer que a Junta não tem estado só numa posição de exigência, mas também numa postura de procura e apresentação de propostas de solução. Deste modo estava-se, nesta data, em processo de finalização da análise dos dados recolhidos para que se possa fundamentar uma ideia.

A complexidade de execução deste inquérito, realizado de forma individual e em contacto porta-a-porta, envolvendo parceiros e funcionários da Junta, demorou algum tempo pelo que só agora está a ser possível esta análise. De uma primeira leitura ressalta o pedido da população de mais transportes públicos e do alargamento da rede do metropolitano a Telheiras; e focam-se muito na criação de uma carreira de bairro, à semelhança do que vem sendo praticado noutras freguesias; referem a importância dos parques dissuasores e a necessidade de se criarem parques subterrâneos na envolvente de Telheiras.

Aludindo à questão colocada por Daniel Soares a propósito da transição energética e da transição digital, **FÁBIO SOUSA** informou que a Junta de Freguesia tem contemporizado com todo este processo de inovação tecnológica, fazendo jus à sua condição de eco-freguesia, e que os serviços da autarquia estariam a preparar uma “revolução” digital para acontecer no primeiro semestre de 2020, de modo a reduzir-se o consumo de papel, a agilizarem-se as formas e os tempos de resposta, etc... Também do ponto de vista enérgico se estavam a fazer alterações profundas procurando soluções de mais baixo consumo, nomeadamente a mudança do sistema de iluminação para LEDs, aquisição de uma viatura eléctrica para afectação aos trabalhos da CPCJ e outra para afectação aos trabalhos das cantinas escolares... também para a área de manutenção de jardins se está a considerar um investimento de cerca de 30.000,00 euros para aquisição diverso equipamento de trabalho eléctrico...

A rematar o período de discussão deste ponto, **JOSÉ MORGADO** quis reconhecer o trabalho meritório e relevante da Junta de Freguesia de Carnide na acção de alfabetização de adultos, mas sublinhar que, num trabalho de comparação que havia feito entre freguesias, lhe pareceu que em Carnide, sendo esta uma freguesia jovem, haveria uma taxa considerável de analfabetismo entre a população mais jovem, pelo que seria importante a realização de um estudo para aferir desta situação e, a confirmar-se, saber quais as razões que estão por detrás deste facto.

Tendo os documentos em apreço sido submetidos a votação, resultaram os mesmos **APROVADOS**, com os votos favoráveis da CDU (7 votos), e as abstenções do PS (3 votos), PSD (1 voto) e CDS (1 voto).

PS informou que iria apresentar Declaração de Voto.

A propósito da proposta apresentada no **PONTO 4 DA ORDEM DE TRABALHOS – PROPOSTA – APROVAÇÃO DA 2ª REVISÃO ORÇAMENTAL**, e após a apreciação dos documentos de suporte, foi a mesma submetida a votação, tendo resultado **APROVADA** com os votos favoráveis da CDU (7 votos) e do PSD (1 voto) e as abstenções do PS (3 votos) e CDS (1 voto)



Relativamente ao **PONTO 5 – 1ª ALTERAÇÃO AO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARNIDE**, o Presidente da Junta de Freguesia fez a sua apresentação, esclarecendo as dúvidas que lhe foram colocadas e afirmando que, com esta alteração se pretendia, fundamentalmente, recuperar e valorizar os recursos humanos da autarquia, criar uma estrutura e organização interna fortes.

Por outro lado, reconhecendo também a necessidade de recuperação do próprio edifício da Junta de Freguesia, tal havia sido preterido em favor da canalização e gestão de verbas para outros espaços, julgados prioritários, nomeadamente, a recuperação do mercado do Bairro Padre Cruz.

Tendo sido sujeito a votação, foi este ponto **APROVADO**, com os votos favoráveis da CDU (7 votos), do PS (3 votos) e do PSD (1 voto) e com a abstenção do CDS (1 voto).

Entrando-se na abordagem ao **PONTO 6 – PROPOSTA – MAPA DE PESSOAL 2020, FÁBIO DE SOUSA** começou por dizer que este era um Mapa de Pessoal de continuidade, sem grandes novidades a não ser uma tentativa para nova admissão de trabalhadores, de modo a combater a precariedade e criar vínculos contratuais mais estáveis com as pessoas.

**VASCO FERREIRA**, neste período quis saber se o Mapa de Pessoal, como se estava apresentado, já permitia que a nova estrutura orgânica fosse implementada garantindo os requisitos do número de pessoal às secções e se a necessidade de gestão própria das cantinas escolares, com a contratação de cozinheiros por tempo determinado, por exemplo, não choca com a condição da precariedade, ainda que legalmente não o seja.

Após as devidas clarificações, foi esta proposta submetida à votação, resultando **APROVADA**, com os votos favoráveis da CDU (7 votos), PS (3 votos) e PSD (1 voto) e a abstenção do CDS (1 voto).

Relativamente ao **PONTO 7 – PROPOSTA – PROTOCOLO(S) DE COOPERAÇÃO E CONTRATO(S) DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**, após apreciação dos respectivos documentos de suporte, procedeu-se à votação, resultando **APROVADO POR UNANIMIDADE**, com informação de Declaração de Voto por parte do PS.

Na abordagem ao **PONTO 8 – PROPOSTA – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**, após apreciação dos respectivos documentos de suporte, procedeu-se à respectiva votação, resultado o mesmo **APROVADO** com os votos favoráveis da CDU (7 votos) e do PSD (1 voto) e com as abstenções do PS (3 votos) e do CDS (1 voto).

Relativamente ao **PONTO 9 – APRECIÇÃO DO DECRETO-LEI 57 – 2019, FÁBIO SOUSA** começou por dizer que no âmbito do que estava preconizado para a requalificação do Mercado do Bairro Padre Cruz, o Executivo gostaria de ali considerar também a criação e inclusão de um Espaço do Cidadão, que permitisse agilizar a resolução de algumas questões que se prendem com a vida das pessoas.

Deste modo, o Presidente da Junta de Freguesia pretendia solicitar à Assembleia de Freguesia que pudesse validar o Executivo para o estabelecimento de contactos com a Agência para Modernização Administrativa (AMA), em vista à preparação atempada e concretização deste objectivo.

A este propósito, **DANIEL SOARES** recordou que o Partido Socialista era favorável ao que está consubstanciado no Decreto-Lei 57, e que deste modo, ficava particularmente satisfeito com esta decisão de aceitação dos seus termos na freguesia de Carnide, acreditando que esta poderá ser uma das maiores soluções de proximidade com as populações que a freguesia irá operar nos próximos tempos.

**MIGUEL AGROCHÃO**, quis fazer sentir que este projecto do Espaço do Cidadão já acontecia prévia e independentemente do processo de descentralização considerado no diploma. Recordou, também, que os Espaços do Cidadão tiveram a sua expressão máxima no decurso do IXX Governo Constitucional do PSD com o CDS.

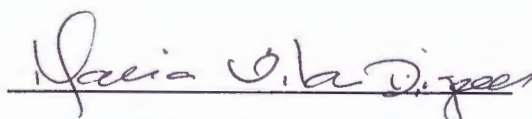
**JOSÉ MORGADO**, por seu turno, quis recordar que o Decreto-Lei 57, que preconiza a transferência de competências para as freguesias, fora aprovado na generalidade, pelo PS e PSD na Assembleia da República, mas que, até há algum tempo, carecia de regulamentação por parte do Governo. Razão essa (falta de regulamentação atempada) que levou a que o PSD, em anterior Assembleia de Freguesia, a tivesse rejeitado com a expressão do seu voto, acompanhando o Executivo na recusa da transferência de competências para a Junta. Tendo essa situação sido devidamente regularizada, o PSD sentia-se agora em condições de acompanhar positivamente este pedido da Junta de Freguesia

Submetido à votação, resultou o mesmo **APROVADO POR UNANIMIDADE**.

Após a discussão do último ponto da Agenda, foi acordada a data de 20 de Abril de 2020, **pelas 21.00h**, para a realização da próxima Assembleia de Freguesia, tendo sido lavrada e aprovada por unanimidade a Acta em Minuta.

Nada mais havendo a acrescentar, deu-se por encerrada esta Assembleia de Freguesia, eram **zero horas e quarenta minutos** do dia vinte de Dezembro, tendo sido lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por **MARIA VILAR DIÓGENES**, Presidente; e por **FERNANDO D'OLIVEIRA**, 1.º Secretário, que a redigiu, e por **VASCO FERREIRA**, que nesta sessão funcionou como 2º Secretário.

A Presidente da Assembleia de Freguesia



Maria Vilar Diógenes



1.º Secretário

2.º Secretário

---

Fernando d'Oliveira

---

Vasco Ferreira